COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 54 JULHO 1990

«In Murdani Veritas»

Quando organizações de solidariedade portuguesas deram a conhecer, em conferência de imprensa, o discurso que o ministro da Defesa e Segurança da Indonésia, Benny Murdani, fez em Dili perante as autoridades militares, civis e religiosas locais, alguns espíritos questionaram a autenticidade daquele discurso, tão sem sentido - aos seus olhos puros e às suas consciências sem mácula - ele lhes pareceu.

ALGUMAS REACÇÕES

Em declarações prestadas ao jornal **O Público** no dia seguinte à conferência de imprensa das organizações de solidariedade (14/5/90), vários deputados da Comissão Eventual da AR para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste pronunciaram-se sobre o discurso de Murdani. Pacheco Pereira, do PSD, recusou-se a tomar **«uma posição antes de obter a "garantia de autenticidade" da exposição atribuída ao ministro da Defesa indonésio, Benny Murdani.»**. Segundo ele **«a "questão de Timor é demasiadamente delicada e importante para se arriscarem conjecturas"»**, julgando **«"pouco provável que o ministro indonésio" tenha proferido declarações "tão graves e sem sentido" como as que estão a ser veiculadas.»**. Para Eduardo Pereira, do PS, era lamentável **«que uma pressão deste teor fosse feita pela Indonésia, numa altura em que a comunidade internacional faz esforços para se encontrar uma solução justa (...).»**, considerando **«que se há alguma consonância política entre a oposição e o Governo ela encontra-se no "entendimento comum da questão de Timor", sem divergência quanto à responsabilidade e empenho de Portugal nesta matéria (...).»**. Por sua vez José Manuel Mendes, do PCP, **«classificou as declarações do general Murdani como retrato autêntico da atitude indonésia em relação a Timor. "Estas declarações do senhor ministro da Defesa da Indonésia definem-se basicamente pela assunção, quer no conteúdo quer no plano formal, em atitude arrogante, revel a qualquer hipótese de aproximação a um entendimento internacionalmente aceitável sobre a questão de Timor-Leste. Mais que isso, é uma atitude tristemente invocadora de estratégias expansionistas que bem condizem com a natureza ditatorial do regime que o senhor general serve".»**. Ainda de acordo com este parlamentar, **«não é possível ignorar que não estão criadas as condições para uma deslocação oficial de deputados portugueses ao território de Timor-Leste»**.

NESTE NÚMERO:

- «In Murdani veritas»
- Governo e deputados em férias antecipadas
- Façam alguma coisa por Timor
- O PS face à questão de Timor-Leste

Gen. Murdani

A QUESTÃO DA AUTENTICIDADE

A preocupação pela autenticidade do discurso de Murdani, manifestada explicitamente por Pacheco Pereira e, menos explicitamente, por Eduardo Pereira nos seus comentários a **O Público**, parece-nos fundamental pois a informação é uma arma de dois gumes em que a sua inexactidão ou falsidade apenas contribuí para reforçar o poder daqueles a quem queremos "tirar a máscara".

A mesma preocupação teve John MacDougall, um reputado estudioso e conhecedor da realidade da Indonésia, onde viveu durante vários anos ao serviço do Departamento de Estado norte-americano, e responsável pela **Indonesia Publications** (uma organização sediada em Washington que se dedica ao tratamento de informação sobre a Indonésia), que em documento datado de 22 de Junho analisa a gravação com as intervenções de Murdani e de Mário Carrascalão em Dili a 3 de Fevereiro.

«Com o meu conhecimento, ainda nenhuma prova foi apresentada que ponha em causa a autenticidade da grava-

ção» começa por afirmar John MacDougall. **«(...) tanto quanto consegui determinar, nenhuma tentativa foi feita por qualquer porta-voz oficial indonésio para refutar a autenticidade da gravação, mesmo na imprensa australiana onde a história da intervenção de Murdani apareceu primeiro.»** Na opinião de MacDougall, a tratar-se de uma falsificação, seria **«uma das mais audazes de todos os tempos, ao tentar apresentar imitações das vozes tanto do governador Mário Carrascalão como do ministro da Defesa e Segurança L.B.Murdani, numa mesma gravação.»**

O perito norte-americano compara depois as diferenças linguísticas existentes no indonésio falado pelas duas vozes, concluindo que a voz atribuída ao general é claramente a de um indonésio que falou a língua em toda a sua vida adulta, enquanto que a de Carrascalão é a de um indivíduo que aprendeu indonésio tarde na vida, faltando-lhe fluência. MacDougall refere ainda o facto de, segundo o **Sydney Morning Herald**, o jornalista australiano Mark Baker, a quem, em Dili, entregaram a gravação com as intervenções, ter sido colocado na lista negra das pessoas proibidas de entrar na Indonésia depois da sua reportagem sobre o assunto ter aparecido no **Sunday Herald** de Melbourne. **«A ser verdade, esta política sugere que os funcionários dos serviços de informações militares indonésios realmente não têm dúvidas que a gravação é autêntica. Uma reportagem rigorosa, prejudicial aos interesses indonésios, é muito mais provável acabar na colocação na lista negra de jornalistas estrangeiros do que notícias de amadores pouco rigorosas.».**

Do ponto de vista político, MacDougall considera que as intervenções seguem à risca as orientações oficiais. **«Nenhum dos temas abordados por Murdani no seu discurso mostra qualquer desvio da doutrina conhecida do Exército ou da política estabelecida pelo governo. Isto é particularmente verdade no que respeita à crença de que o exército indonésio nunca se rende. No seu discurso, Murdani faz saber de muitas maneiras que se as Forças Armadas indonésias ainda não conseguiram esmagar a resistência armada continuarão a fazer todos os esforços necessários para o conseguir. Posteriormente, relatos de fontes independentes informaram que o discurso foi seguido no dia seguinte por desembarques de tropas em Dili. Estes desembarques foram depois confirmados no** Suara Pembaruan **numa notícia na qual tanto o governador Carrascalão como o Bispo Belo eram referidos como tendo dado as boas-vindas a dois novos batalhões recém-chegados de tropas territoriais. Ainda de outra fonte chegaram notícias de graves confrontos armados, por alturas da Páscoa, de que resultaram a morte de soldados indonésios e de civis timorenses e que envolveram um destes batalhões, na parte sudoeste de Timor-Leste. Esta sucessão lógica de acontecimentos parece reforçar bastante a versão de que o discurso ocorreu e foi de facto concebido para preparar, particularmente, os traumatizados funcionários timorenses para uma nova ofensiva militar.».**

A FACE OCULTA DA «AUTENTICIDADE»

O problema da autenticidade, porém, e no caso presente, tenta apenas esconder uma outra questão que o jornalista e director de **O Público**, Vicente Jorge Silva, em Editorial publicado no dia a seguir à conferência de imprensa intitulado **«Caem as máscaras»**, expôs de uma forma assaz clara: **«(...) No fundo, o que incomoda a boa-consciência dos que desejariam desembaraçar-se deste fardo incómodo e longínquo que herdámos do período colonial é precisamente a sem-cerimónia dos generais de Jacarta, quando falam da anexação de Timor como facto definitivamente consumado. Para eles - como para o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, também desejoso de arrumar de vez este desagradável "dossier" - é preciso manter a ficção de que a Indonésia é um interlocutor credível: essa é uma condição indispensável para que a nossa diplomacia saia do imbróglio timorense de "mãos lavadas", a troco de um reconhecimento simbólico da presença portuguesa naquelas paragens. (...).».**

E mais à frente: **«A prova de que a resistência timorense representa um facto nacional indiscutível e irrecusável é a sua extraordinária capacidade de sobrevivência nas condições de isolamento mais extraordinárias que se poderão imaginar. É isso que torna a questão de Timor tão insuportável para Jacarta: é a demonstração prática de que mesmo os regimes mais repressivos e sanguinários têm o seu calcanhar de Aquiles. (...).».** □

Governo e deputados em férias antecipadas

Repetidas vezes os órgãos e entidades encarregues do "dossier" Timor-Leste têm chamado a atenção para a dificuldade da condução do processo. Não questionando a verdade dessa afirmação, ela não pode todavia servir de álibi fácil para a estreiteza de visão política, a incúria e o arrastamento injustificável de acções práticas.

Os três casos aqui desenvolvidos são exemplos - pela negativa - do que afirmamos.

DEPUTADOS FALTOSOS

A falta de empenhamento (que em certos casos roça o desleixo) dos responsáveis políticos portugueses foi a principal causa da rejeição em 3 de Julho pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa duma resolução sobre a situação em Timor-Leste.

Esta proposta de resolução, introduzida em Maio a partir dum texto elaborado pelo deputado Carlos Candal (PS) e subscrito por 26 deputados de diversos países, condenava a intervenção indonésia em Timor-Leste e defendia o direito dos timorenses ao exercício dum acto de autodeterminação.

No momento da votação, segundo o **Diário de Notícias** de 4 de Julho passado, nem o autor da resolução nem o presidente da delegação portuguesa, deputado Soares da Costa (PSD), se encontravam presentes na sala, tendo a proposta portuguesa de ser defendida pelo senador francês Robert Pontillon. A ocasião foi aproveitada pelo trabalhista holandês Pieter Stofellen que, argumentando com a necessidade do Conselho da Europa se dedicar prioritariamente a assuntos intra-europeus, propôs (e obteve o apoio da Comissão Permanente) a sua rejeição.

Uma excelente oportunidade ingloriamente desperdiçada.

Lembre-se que o Conselho da Europa já aprovou anteriormente resoluções condenando a Indonésia, as quais provocaram forte irritação dos dirigentes desse país.

TRIBUNAL DE HAIA À ESPERA

Já por diversas vezes observadores políticos e juristas, quer nacionais quer estrangeiros, salientaram a conveniência da apresentação rápida por parte do Governo português, junto do Tribunal Internacional de Haia, dum pedido de parecer consultivo sobre o problema do "Timor Gap". Aquando da assinatura do tratado entre a Austrália e a Indonésia o MNE referiu (embora não explicitamente) essa possibilidade.

Em reuniões que as organizações de solidariedade portuguesas - **CDPM** e **A Paz é Possível em Timor-Leste** - realizaram no início

de Junho com responsáveis do MNE e da Presidência da República, foi-nos confirmado que tinham sido encomendados estudos jurídicos que suportassem a posição portuguesa e que o desencadear do processo junto do Tribunal Internacional de Haia não era questão de oportunidade política nem de natureza processual, dependendo apenas da conclusão das peças do "dossier". Um mês e meio depois destas afirmações, nada de novo aconteceu.

Enquanto isso, os mais directamente interessados neste negócio sujo admitem implicitamente a razão que assiste à posição portuguesa e aos direitos dos timorenses.

Segundo informa a **ETNA** (East Timor News Agency), alguns dos participantes na conferência anual da Associação Australiana de Exploração Petrolífera reunida em Darwin, norte da Austrália, nos finais de Junho, exprimiram sérias dúvidas sobre a viabilidade do início da exploração do "Timor Gap". Nas palavras de Brian Lotan, director executivo da BHP, a maior empresa mineira australiana e uma das maiores do mundo, **«nenhum investimento maciço será iniciado sem que esteja totalmente definido o estatuto jurídico da propriedade sobre a zona em questão»** e **«existem grandes áreas de incerteza, apesar do tratado»**. Também Jasp Pool, director da Petroz Australia Netherlands, exprimiu a mesma opinião, adiantando que as companhias australianas **«terão de se confrontar com litígios, os quais serão, em última instância resolvidos pelo Tribunal de Haia»**.

O fundo dos receios destas multinacionais pouco escrupulosas (bem como da Indonésia) reside justamente na intervenção de Portugal junto do TIJ. Não os desiludamos.

ONDAS CURTINHAS

Uma das poucas iniciativas concretas da Comissão Eventual da AR para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste - por empenhamento do deputado do PS Raul de Brito - tinha sido a tentativa de pôr a funcionar, através da cadeia de ondas curtas da RDP, emissões regulares para Timor-Leste. Nas reuniões periódicas que as organizações de solidariedade mantêm com este órgão, foi-nos referido o interesse que a administração daquela estação de rádio e o MNE estariam a dedicar ao projecto. Sabida a situação de bloqueio informativo - e não só - a que o território está sujeito e a avidez com que os timorenses (nas cidades, mas também na montanha) ouvem os noticiários da BBC, Radio Netherlands e Radio Australia, era, sem sombra de dúvida, uma proposta a apoiar.

Soube-se agora através da comunicação social que o MNE resolveu congelar a iniciativa por considerá-la **«pouco oportuna»** face aos contactos negociais em curso com a Indonésia, evitando ferir as suas susceptibilidades.

Este tipo de argumentação encerra uma percepção política ainda mais curta do que as ondas de rádio em questão, pois na verdade a Indonésia nunca se eximiu a ferir, bem mais do que susceptibilidades, antes, durante ou após períodos negociais (é o caso concreto das actuais operações militares e do discurso do ministro da Defesa e Segurança Benny Murdani, que as precedeu - ver **Informação Timor-Leste** nº 53). □

Façam alguma coisa por Timor

Foram quase estas as palavras com que a Ana Margarida Sales Luís fechou a sua participação no colóquio «Timor-Leste - que solução?» organizado pela revista Cenáculo **dos alunos da Faculdade de Teologia de Braga e que teve lugar naquela cidade em 1 de Junho último.**

Para as muitas dezenas de participantes, o testemunho ao vivo de uma timorense recém-chegada da sua terra, dando conta da violência que dia-a-dia se abate sobre todos quantos sejam considerados obstáculo à dominação indonésia, poderia ser mais uma boa razão para que se continue a fazer mais para romper a barreira do silêncio e da mentira que a Indonésia, que ocupa ilegalmente o território há já 14 anos, ali impôs.

Sofre-se muito, é preciso que façam alguma coisa por Timor.

A presença da Ana Margarida em Braga é, de alguma forma, uma extensão à sua participação, um mês antes, nas II Jornadas de Timor da Universidade do Porto. A sua comunicação então, deu-nos um bom relato daquilo que o ocupante fez para preparar a visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste em Outubro de 89. Esse rol de perseguições e violências é também um registo da repressão que se seguiu à visita, consequência da audaciosa manifestação empreendida por jovens timorenses. O preço desta chamada de atenção foi elevado - mas pôs Timor-Leste nas páginas dos jornais de todo o mundo.

Realizadas cerca de 8 meses após as I Jornadas, onde que foi dado uma maior prevalência à cultura, quis a organização que nestas o carácter político das comunicações e intervenções fosse mais marcado: contribuir para a busca de uma solução que, não menosprezando o quadro regional e internacional envolvente, vá ao encontro das aspirações timorenses a uma pátria livre onde possam em paz determinar o seu futuro.

Em ambas as realizações houve a preocupação de estimular a presença e participação de timorenses residentes em Portugal: foram numerosas as contribuições relativas quer às experiências e dramas duma anexação forçada com todos os sinais de uma nova dominação colonial, quer à forma como vêem Timor no futuro, reencontrada a liberdade.

As expectativas de participação geradas pela organização foram largamente ultrapassadas: entre os mais de 150 inscritos havia cerca de 50 timorenses, para um total de cerca de 50 comunicações.

Numa breve referência aos participantes e comunicações, podem salientar-se as presenças de:

- uma numerosa representação da Comissão Eventual da A.R. para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, a título oficial, e ainda do ex-Presidente da República, General Ramalho Eanes, do Ministro Plenipotenciário para a questão de Timor, Dr. Quartim Santos, de um deputado do P.E., Barros de Moura, do Brigadeiro Lemos Pires, último governador português de Timor;
- dirigentes da Convergência Nacionalista, respectivamente Abílio Araújo pela Fretilin e Paulo Pires pela UDT e ainda de José Ramos Horta (ex-representante da Fretilin na ONU);
- Paul Moore Jr., Bispo Resignatário Anglicano de Nova Iorque, que visitou Timor-Leste em Dezembro último, contribuindo com o seu testemunho e a sua posição crítica face ao papel desempenhado pelos EUA na questão e disponibilizando-se para desenvolver acções de sensibilização junto do Congresso e Governo norte-americanos (de que já houve notícias);
- um refugiado político indonésio, Liem Soei Liong, que interveio sobre as perspectivas de mudança na Indonésia e, nos debates, sobre diversos aspectos da problemática indonésia, em particular esclarecendo o papel crucial do IGGI (Inter Governmental Group on Indonesia) na ajuda dos países industrializados ao seu desenvolvimento;
- a especialista australiana Sasha Stepan, da Monash University, com um estudo sobre o tratado entre a Austrália e Indonésia para a exploração de petróleo do «Timor Gap»;
- do professor britânico John Taylor, que apresentou cenários para Timor-Leste, nos anos 90.

Sinteticamente, podemos agrupar as comunicações pelos diversos temas:

- Timor-Leste, a Comunicação Social e o Contexto Internacional, com jornalistas convidados (na sessão da abertura);
- Timor-Leste, a Indonésia, a Austrália e o quadro geopolítico mundial - hipóteses de evolução (compreendendo-se aqui as participações estrangeiras convidadas, reunidas na segunda parte do dia de abertura);
- aspectos antropológicos e culturais e formas de organização social e política da nação timorense;
- as igrejas e Timor-Leste (onde avultou um debate vivo sobre a visita de João Paulo II);
- estratégias para alcançar a paz e a autodeterminação.

O impacto público destas jornadas é outra nota muito importante a fazer: durante 4 dias a Comunicação Social manteve Timor-Leste nas páginas dos jornais e nos noticiários das rádios e televisão. Nos dias que se seguiram houve ainda ecos das audiências que participantes estrangeiros tiveram com representantes de órgãos de soberania, entrevistas, notícias de um debate suscitado por um voto de congratulação, o unanimemente aprovado na A.R..

Mais do que apresentar uma lista de possíveis conclusões - denominadores comuns de comunicações e debates - interessa fazer destas jornadas uma afirmação de insatisfação:

- que se passe do amplo consenso nacional em torno da questão de Timor-Leste, que é , tem sido, muito mais um consenso de palavras que de actos, a um grande consenso de acções e iniciativas para fazer avançar o movimento dos direitos inalienáveis do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência.

Consenso de acções e iniciativas é reunir esforços no sentido de se resolver quando e como se vai, por exemplo :

- realizar a proposta Conferência Internacional de Parlamentares sobre Timor-Leste, forma superior de motivação da comunidade internacional para a assunção das obrigações que lhe cabem para fazer respeitar os direitos do povo de Timor-Leste;
- contestar, juridicamente e não só, o tratado para a exploração do petróleo, entre a Austrália e a Indonésia, no mar de Timor;
- desenvolver adequadamente a ofensiva de informação, divulgando tudo quanto se sabe da situação de Timor-Leste, a nível internacional;
- criar programas de rádio para Timor-Leste, na RDP, via onda curta;
- reconhecer e apoiar as organizações representativas timorenses, com realce para a Fretilin e UDT, juntas na Convergência Nacionalista, cujo papel de resistência à ocupação não pode ser menosprezado;
- criar, na dependência dos órgãos de soberania, um Alto - Comissariado ou Secretariado par os Assuntos de Timor, expressão do comprometimento do Estado português enquanto Potência Administrante, em fazer muito mais por Timor do que palavras e orações de circunstância.

Há quinze anos que um povo de muitos falares afirma uma nova dignidade de ser uma nação. Luta, porque quer sê-lo.

Façam alguma coisa por Timor. □

O Partido Socialista face à questão de Timor-Leste

No congresso que recentemente realizaram no Porto, os socialistas portugueses proclamaram, quanto ao «problema de Timor», que **«o princípio fundamental da abordagem da questão é o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste.»**.

De igual modo, a Internacional Socialista (IS)- reunida no Cairo em finais de Maio último - adoptou uma resolução em que **«apoia o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste»**.

Para o PS, **«face às violações brutais e sistemáticas dos direitos humanos praticados naquele território pelo invasor estrangeiro, perante o risco de apagamento da identidade histórica e cultural do povo timorense, confrontado com silêncios, egoísmos ou cinismos dos mais relevantes protagonistas da cena internacional, Portugal tem a necessidade e a obrigação de assumir uma linha estratégica de actuação que torna Timor uma questão globalizável no quadro do seu relacionamento bilateral e da sua actuação nos organismos internacionais.»**.

A IS, por seu turno, **«condena a contínua violação dos direitos humanos e a destruição da identidade cultural do povo de Timor-Leste.»**.

Em nenhum dos dois textos contudo, merece qualquer referência a luta corajosa e persistente do povo de Timor contra o ocupante, nem as suas organizações nacionalistas.

Será que, para os socialistas, o povo maubere é apenas uma vítima indefesa, digna da compaixão das pessoas de bem, e não tem ele próprio uma voz e uma vontade, com 15 anos de resistência a aboná-lo?

Fala o PS em **«cinismos de alguns...»**. Registamos com interesse a sugestão e estaremos cá para apreciar, com **toda a atenção**, como é que o PS cumprirá as proclamações de agora se vier a ser governo em 1991. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317